

Sumário

1 Introdução. Apresentação, delimitação e justificação do tema	1
---	----------

Parte I — Direitos Fundamentais, Rigidez Constitucional e Democracia

2 Constitucionalismo, Democracia e Cláusulas Pétreas. Um Delineamento mais Concreto do Objeto da Investigação.....	17
---	-----------

2.1 Natureza e eficácia dos limites materiais ao poder de reforma da Constituição.....	17
---	----

2.2 Um esclarecimento conceitual: notas básicas sobre constitucionalismo e democracia	29
--	----

2.3 A positivação superconstitucional dos direitos fundamentais no constitucionalismo brasileiro e no direito constitucional comparado ...	36
---	----

2.4 A viabilidade jurídica do controle jurisdicional da constitucionalidade de emendas constitucionais à luz das experiências norte-americana, alemã e brasileira	39
---	----

3 Modelos Paradigmáticos de Proteção dos Direitos Individuais no Constitucionalismo Liberal	53
--	-----------

3.1 Notas introdutórias	53
-------------------------------	----

3.2 A Constituição mista medieval e a Constituição dos modernos	54
---	----

3.3 “Constitucionalismo sem democracia”. Raízes teóricas e históricas do constitucionalismo: a tradição de limitação do poder político na obra de John Locke e na experiência político-institucional inglesa	58
--	----

3.4 “Democracia sem constitucionalismo”: os riscos da incorporação da Constituição pela soberania, analisados a partir da perspectiva do Estado de Direito legalista do século XIX.....	71
3.5 Constitucionalismo e democracia reconciliados: bases teóricas e construção do modelo norte-americano de Supremacia da Constituição e de controle de constitucionalidade	86
4 Cláusulas Pétreas, Neoconstitucionalismo e a Dificuldade Contramajoritária do Judiciário	101
4.1 Da insuficiência dos critérios formais para a interpretação da expressão “direitos e garantias individuais” (art. 60, p. 4, IV/CF/88). Cláusulas pétreas e o advento do neoconstitucionalismo	101
4.2A crítica de Jeremy Waldron ao controle jurisdicional de constitucionalidade	120
4.3 Conclusão da Parte I: Cláusulas pétreas, rigidez constitucional e dificuldade contramajoritária.	131
5 A Jurisprudência da Suprema Corte dos EUA na Lochner Era, Manutenção do Status Quo e o Advento do Estado Social.....	165
 Parte II — A Proteção Superconstitucional dos Direitos Fundamentais no Constitucionalismo Brasileiro	
6 Os Direitos Fundamentais na Constituição de 1988. Parâmetros Materiais para o Delineamento da Esfera de Fundamentalidade Material.....	175
6.1A problemática exegese do art. 60, p. 4, IV, da CRFB/1988. Uma proposta de interpretação sistemática sob os influxos do princípio democrático	175
6.2 Um passo além na interpretação do art. 60, p. 4, IV, da CF/88: direitos formal e materialmente fundamentais	182

6.3. Aportes da filosofia constitucional contemporânea. O Judiciário como árbitro do jogo democrático ou como fórum da razão pública?	189
6.4 Globalização econômica, realinhamento constitucional e tutela superconstitucional dos direitos sociais.....	206
7 Emendas Constitucionais e Restrições aos Direitos Fundamentais	215
7.1 Preliminares teóricas. Norma e enunciado normativo	215
7.2 A viabilidade jurídica de o legislador (constituente-reformador e ordinário) impor restrições aos direitos fundamentais.....	217
7.2.1 O embate entre as teorias interna e externa	217
7.2.2 Visão panorâmica da jurisprudência na Europa Continental, no Brasil e nos EUA	227
7.3 As modalidades de restrição aos direitos fundamentais	237
7.4 Os limites dos limites.....	239
8 Uma Análise Crítica de Cinco Julgados Paradigmáticos do Supremo Tribunal Federal acerca da Proteção dos “Direitos e Garantias Individuais” como Cláusula Pétrea	255
8.1A proteção superconstitucional conferida aos direitos sociais. ADIn n. 1946/DF: licença à gestante e o art. 60, p. 4, IV, da CF/88 ...	255
8.2 As garantias da anterioridade tributária e da anualidade eleitoral, e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 939-DF (não aplicação da anterioridade ao IPMF, EC n. 03/93), n. 3685-8 (“verticalização” e anterioridade eleitoral, EC n. 52/2006) e 4.307-DF (garantia ao exercício da soberania popular e segurança jurídica, EC n. 58/2009)	257

8.3 Os direitos à propriedade, igualdade e liberdade, o Recurso Extraordinário n. 434.768 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.732 (progressividade do Imposto Predial e Territorial Urbano e a EC n. 29/2000)	274
8.4A dignidade da pessoa humana, a proporcionalidade, os direitos à igualdade, à efetividade da jurisdição e à coisa julgada, a separação de poderes e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 4.357 e 4425 (o regime constitucional dos precatórios e a, EC n. 62/2009).....	278
9 Conclusão e Proposições Objetivas Finais.....	289
10 Referências Bibliográficas	309